



Anais da Assembléia

Nº 172

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE JANEIRO DE 1991

ANO XVII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA
PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Ferrari Júnior, José Alves, Luiz Antonio Setti, Paulino José Delazeri e Rafael Greca (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal)

30 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há quórum para deliberação.

Em votação a Ata. Aprovada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei Complementar nº 323/89 e ao Projeto de Lei nº 611/90.

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO Nº 3076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita a votação nominal do Projeto de Resolução nº 006/91, de acordo com o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO Nº 3069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo nº 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a apreciação e parecer ao Projeto de Resolução nº 08/91 e inclusão na Ordem do Dia de 23.01.91 do referido Projeto, que altera o Memorial Descritivo contido no art. 1º da Resolução nº 151/90 de 19 de dezembro de 1990.

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento: Algaci Túlio

REQUERIMENTO Nº 3071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 3070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar n° 152/90, constante da Ordem do Dia de hoje em 3.ª discussão.

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 3075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, veemente apelo no sentido de que sejam tomadas providências no sentido de que a linha de ônibus para a localidade de Pontal do Sul, no litoral, tenha o seu ponto terminal deslocado para as proximidades do terminal de embarque para a Ilha do Mel, do qual dista, hoje, cerca de 1.500 metros, ocasionando consideráveis inconvenientes para os veranistas que buscam àquele embarcadouro.

A medida, que viria atender ao justo anseio de um considerável número de veranistas que se dirigem àquele balneário, depende, tão somente, de medida administrativa que não acarretará qualquer ônus a quem quer que seja, atenderia, também, pedido, no mesmo sentido, encaminhado àquela Secretaria pelo ilustre Vereador Tito Zeglin, que, já em outubro de 1990, dirigiu solicitação de igual natureza.

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3072

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor IDALINO SCHMOLLER, ocorrido no dia 24 de dezembro de 1990, na cidade de Francisco Beltrão. Requer, ainda, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Idalino Schmoller foi um dos pioneiros de Francisco Beltrão. Em meados de 1948 mudou sua residência para esse Município e fixou-se, desde logo, na localidade denominada Pedreirinho, onde desenvolveu sua atividade agrícola, secundada pela criação de suínos. Do seu casamento, nasceram 5 filhos que lhe deram 19 netos e dois bisnetos. Entusiasmado e participante da vida social, foram em grande número as amizades que desenvolveu. As homenagens da sua comunidade e de todo Município, juntamos a nossa que haverá de representar o Poder Legislativo do Paraná pela aprovação unânime dos prezados Pares ao presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, (Lê): "Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Chegamos ao término da Legislatura 1987/1991. Gostaria de aproveitar a presença nesta sessão para fazer um breve balanço do que significaram estes quatro anos para o nosso Estado e para o meu partido.

A atual Legislatura marcou a estréia do PT nesta Casa. Sem dúvida, foi uma presença atuante, eficaz e afinada com a nova postura política preconizada pelo nosso partido. Coube a mim a deferência de ocupar a primeira cadeira conquistada pelo PT. Porém, a expressão política alcançada por este mandato não é resultado de méritos pessoais, mas da capacidade e competência política do PT.

Desde o início do mandato, estabelecemos alguns compromissos básicos em torno dos quais nossa atuação seria orientada. O primeiro compromisso de um Parlamentar petista é o de colocar o mandato a serviço do fortalecimento das organizações e das lutas dos trabalhadores.

Outra característica importante é imprimir ao mandato um caráter partidário. Partimos do postulado que o mandato pertence ao partido e como tal deve ser exercido. Essa fidelidade partidária é um pressuposto fundamental para a consolidação da democracia pluripartidária. No cenário político nacional, o PT é o partido que melhor incorpora a prática da fidelidade partidária.

Nosso mandato se orientou ainda pelo compromisso de abrir uma nova trincheira da luta das classes exploradas e oprimidas, ocupando o espaço institucional do Poder Legislativo. Finalmente, nosso man-

dato foi exercido com o compromisso da transparência, dando um combate sem trégua a toda forma de privilégios, mordomias e maracutaías que continuam a descaracterizar o exercício de funções públicas.

A novidade da Legislatura que ora se encerra sem dúvida nenhuma e sem qualquer presunção foi a presença do PT. O partido abriu espaço para que as reivindicações dos setores mais marginalizados e explorados da sociedade paranaense. Todas as lutas dos trabalhadores ganharam repercussão nesta Casa, graças ao compromisso de classe do PT e a atuação engajada de alguns parlamentares de outros partidos.

O PT não vê o Parlamento com um fim em si mesmo. Acreditamos firmemente que as verdadeiras e profundas mudanças que o Paraná e o Brasil exigem não serão feitas via Legislativo. A força transformadora é intrínseca aos movimentos sociais. É muito acertado o princípio de que **TODO PODER EMANA DO POVO**. O que ainda não se tornou verdade é que "todo poder emana do povo e como tal deve ser exercido."

O que vemos na prática é a usurpação deste poder do povo, o que é feito sob as mais variadas formas de manipulação, a começar pela manipulação do poder econômico, como mais uma vez ficou comprovado nas últimas eleições.

Entretanto, a erupção de movimentos de massa no Leste Europeu, mudando completamente o mapa geopolítico daqueles países, comprova mais uma vez que o poder transformador continua no seio da classe trabalhadora, no seio do povo. Esta é a fé do PT. Acreditamos nas lutas concretas das classes oprimidas. São essas lutas que podem romper as estruturas de dominação, dentro das quais o atual sistema representativo cumpre uma função.

Isso não significa que o PT renega a via parlamentar. Tanto não renegamos que estamos aqui ampliando a participação dos trabalhadores neste espaço institucional. O que não alimentamos é a fé cega nas mudanças radicais que o país exige simplesmente por atos e leis aprovadas no Congresso. A linha de atuação do PT é aliar uma atuação combativa nas instâncias institucionais com um forte engajamento nas lutas cotidianas dos trabalhadores.

Foi com esta perspectiva que chegamos a essa Casa em 87. Nestes quatro anos, pudemos estabelecer esta ponte entre as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade com o Legislativo, dando voz às suas denúncias e reivindicações.

Vale enfatizar duas frentes de luta muito importantes: a dos trabalhadores "sem-terra" e a dos servidores públicos, notadamente os professores. O Governo Álvaro Dias foi um governo autoritário e repressor em relação aos movimentos reivin-

dicatórios dos trabalhadores. Demissões e perseguições de dirigentes sindicais dos servidores, repressão policial contra os professores, desfechos violentos no campo e absoluta falta de diálogo foram as características que distinguiram este caráter ditatorial do Governo Álvaro Dias.

Nesta tribuna, inúmeras vezes, usamos a palavra para denunciar o arbítrio e a truculência deste Governo. Mas, existem ainda outros traços fortes que marcaram o Governo Álvaro Dias.

Devemos afirmar mais uma vez que o Paraná teve nesses quatro anos, um governo de fachada, uma empulhação política azeitada com campanhas milionárias de propaganda. Foi um governo que inaugurou mais placas do que obras, anunciou infinitamente mais do que realizou.

Álvaro Dias faz questão de levar até o último dia do seu governo essa farsa. Apegado a suas pretensões políticas, desenvolve agora uma campanha abusiva e inconstitucional de autopromoção. Propaganda o Governador que o Paraná alcançou um fato inédito: fechou o ano de 90 com superávit.

A mentira é escandalosamente descarada no triunfalismo palaciano. Superávit gerado à custa do arrocho salarial contra os servidores é uma dívida contraída, é um calote assumido.

Superávit gerado às custas da redução e deterioração dos serviços públicos, às custas do sucateamento da rede escolar e dos estabelecimentos de saúde, é um crime cometido contra a sociedade.

A sociedade paranaense saberá que este propalado "superávit" não passa de um arranjo contábil. Basta que as informações verdadeiras sobre a real situação das finanças do Estado venha a público para que toda essa farsa seja desmontada.

O Governador Álvaro Dias vai deixar o Palácio Iguaçu como caloteiro. As perdas salariais acumuladas pelos servidores ao longo de 90 foram parceladas, ficando para o novo Governo o ônus de pagar esta dívida. Em quatro anos, Álvaro Dias aplicou o maior arrocho já sofrido pelo funcionalismo. O magistério estadual serve como melhor paradigma desta carga de sacrifícios imposta pelo Governo.

O PT foi nesta Casa um partido de oposição ao Governo Álvaro Dias. Uma oposição movida por posturas claras, coerentes e sérias. Não fizemos a oposição dos oportunistas, que se move segundo o calendário eleitoral. Infelizmente, o Poder Legislativo tem sido subalterno às decisões do Executivo. Essa subserviência fisiológica caracterizou a maior parte da atual Legislatura.

Poderíamos apresentar aqui um elenco interminável de projetos e iniciativas do

Executivo que transitaram por esta Casa sem o menor questionamento. Não pode haver democracia com um Legislativo aleijado e capenga. O Governo Álvaro Dias encontrou uma folgada maioria para impor sua política fisiológica, utilizando os métodos de cooptação de Parlamentares do "é dando que se recebe".

Este é o momento oportuno para que a Assembléia Legislativa faça sua autocrítica. Vou desapontar aqueles que esperavam pelo menos alguns confetes no último pronunciamento que faço como Deputado Estadual nesta tribuna. Prefiro tocar a fundo as feridas do Legislativo que continuam expostas. Não é hora de colocarmos uma pedra sobre os absurdos que aqui presenciarmos nestes quatro anos.

Acredito numa política que não seja movida por interesses pessoais ou de determinados grupos econômicos. Acredito numa política onde o bem-estar comum seja a bússola a guiar nossas ações no exercício do poder.

A Assembléia Legislativa do Paraná, pelo contrário, deu demonstrações que cuida em primeiro lugar dos interesses dos seus componentes (falo aqui de nós Deputados); em segundo, os interesses específicos do poder econômico e só em último lugar dos interesses gerais da sociedade. Nós temos muitos exemplos disso.

Nunca tive a pretensão de me transformar num arauto da moralidade. No entanto, por uma sólida convicção ética e ideológica, não pude calar diante de tantos privilégios e mordomias sustentados por muitos integrantes desta Casa.

Não é possível me despedir desta Casa, fingindo ignorar que muitos colegas eleitos em 86, estarão recebendo a partir de fevereiro, uma gorda aposentadoria como ex-Deputados. Continuo irredutivelmente convicto de que se isso é legal, o que é discutível, é no mínimo imoral.

Democratização da Assembléia Legislativa.

Não fizemos da moralidade nossa principal bandeira. Mas, ao longo do mandato levantamos a voz em todas as ocasiões para defender uma correção das distorções criadas no Poder Legislativo e em outras instâncias da administração pública ao longo do tempo.

Nos meses de dezembro e janeiro, assistimos a um verdadeiro final de festa. Certamente, não é honroso para os integrantes desta Casa, concluir a presente Legislatura neste clima de "vale tudo".

Mas, as mudanças ocorrem, seja por uma reconversão pessoal ou pela reação popular. Acredito e espero que os novos Deputados e aqueles que permanecerão nesta Casa realizem na próxima Legislatura o que não conseguimos levar a bom termo na

atual: a efetiva moralização e transparência desta Casa.

Finalmente, quero terminar fazendo uma consideração sobre o crescimento do PT. O resultado da última eleição comprovou que a sociedade paranaense está respondendo a esta nova postura política defendida pelo PT. A chapa do PT elegeu sete Deputados. Nossa bancada nesta Casa cresceu significativamente, o que sem dúvida alguma, dará maior qualidade à atuação do nosso partido.

Vamos à Brasília junto com outros dois companheiros eleitos Deputados Federais. Nosso compromisso permanece o mesmo. VAMOS mostrar a força crescente da organização dos trabalhadores paranaenses.

No Congresso Nacional, nossa atuação vai se concentrar com especial atenção na questão agrícola. Estaremos a postos na defesa da Reforma Agrária e na luta por políticas de apoio e fortalecimento dos pequenos e médios agricultores.

Vale fazer uma ressalva para lembrar a situação dramática vivida pelos agricultores paranaenses. A irresponsabilidade do Governo Federal, aliada ao descompromisso do Governo Álvaro Dias com os pequenos agricultores, criou uma situação de verdadeiro desespero, agora agravada com a seca!

Muito obrigado."

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Pedro Tonelli, em relação ao seu pronunciamento praticamente final de saída deste Parlamento, gostaria de dizer a Vossa Excelência que o comportamento, a seriedade de Vossa Excelência, no Parlamento, nos merece respeito.

No entanto, não poderíamos deixar de registrar pelo menos de que em determinados momentos, a postura da crítica exacerbada, embora faça parte da forma de atuação de um Parlamentar, não pode ficar sem a contestação.

Respeito a opinião de seu partido, mas sou obrigado a discordar quando Vossa Excelência, à guisa de marcar até o último dia uma forma de oposição sistemática e constante, de que não são justas algumas acusações a respeito, por exemplo, diz da "inauguração de placas mais do que obras". Porque embora tenha ouvido durante muito tempo nesta Casa críticas a respeito da publicidade em excesso ou não, porque isto é muito difícil de julgar, haja vista a forte companhia publicitária do Prefeito Jaime Lerner, que não me cabe julgar se são necessárias ou não, as campanhas promovidas em outros Estados e tudo o mais...

No entanto, cada placa é indicativa de uma obra e, se temos bastante placas, que

também não quero discutir se é necessário ou não uma placa, é porque temos bastante obras.

Quando Vossa Excelência avança na questão de educação, de saúde, de agricultura, temos que reconhecer que embora tenhamos um Estado em condições viáveis de governabilidade, não somos um Estado fora do contexto nacional das dificuldades pelas quais o nosso País passa.

Na agricultura, por exemplo, Deputado Pedro Tonelli, não sei se lhe causa orgulho, para mim causa, de que o Paraná desenvolva o maior programa de conservação de solo de todos os Estados brasileiros, servindo de modelo inclusive para todos os Estados desta Nação.

É esta conservação de solo fundamental ao desenvolvimento do Estado, com reflexos a curto prazo na produtividade, que é exatamente a única coisa capaz de fazer com que a lavoura se salve; porque sabemos que as nossas terras e, principalmente as do Sudoeste do Paraná, estão exauridas.

Quando Vossa Excelência fala em educação visualizando exclusivamente a questão salário, que também acho que tem que ser melhorado, esquecemos que somos um dos Estados que mais aplicou orçamentariamente no setor de educação.

Quando Vossa Excelência fala de acusações sistemáticas ao Governo Álvaro Dias, me faz pensar de que Oposição não significa uma "luta a ferro e fogo" contra o Governo, o administrador, seja do município, ou seja do Estado, ou seja da União. Oposição é participação direta na busca de fazer com que os Governos façam mais. Não é pura e simplesmente desconhecer aquilo que fizeram.

Temos, no Paraná, graças a Deus, com os nossos defeitos, com as nossas dificuldades - mas nós temos um governo no Paraná, e por sinal há muitos anos, diversos governos que têm implacado sistematicamente como os melhores governos do País.

Portanto, não é de toda justa a acusação de Vossa Excelência em cima do governo como se as mazelas da agricultura, da falta de financiamento, dos juros altos, das frustrações de safras fossem culpa do governo. Ao Governo do Estado cabe, dentro de uma política agrícola, desenvolver condições para que a agricultura tenha produtividade.

E nisso, queira Vossa Excelência ou não, desenvolvemos o maior programa já realizado dentro do Brasil em dois governos do PMDB, por sinal, que é a conservação do nosso solo garantindo aumento de produtividade ao nosso agricultor.

Mas com essas contestações do seu pronunciamento quero me valer para parabenizar Vossa Excelência pela postura nesta Casa, da nossa satisfação em vê-lo na Câ-

mara Federal, principalmente como Parlamentares da mesma região, a nossa esperança de que muitas das acusações que Vossa Excelência lança contra o Governo do Estado e que não são competência do Governo do Estado para resolver, faça Vossa Excelência em Brasília, onde está o foco de todos os males do País.

Porque a concentração de recursos do Governo Federal, a falta de incentivo ao desenvolvimento de Estados e Municípios não de ser contestadas no Congresso Nacional.

Tenho esperança e quase certeza de que Vossa Excelência se somará àqueles que procurarão fazer com que se possa terminar com a compressão com que o Governo Federal age sobre os demais Estados para obrigá-los a ficar de pires na mão para buscar recursos para suas soluções.

Muito obrigado!

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço aparte do Deputado Caíto Quintana.

Deixo o compromisso, porque a nossa luta continuará no Congresso Nacional e certamente lá estaremos vigilantes nas preocupações dos trabalhadores brasileiros e, certamente, as últimas preocupações manifestadas pelo Deputado Caíto Quintana serão representadas por este Parlamentar na Câmara Federal.

No entanto, este Parlamento compreende que o Deputado Caíto Quintana sempre esteve do lado do Governo.

E a demonstração confessa do nobre Líder governista neste momento que se sente orgulhoso, vendo a situação de falência em que se encontram os agricultores do nosso Estado, de desespero, abandonando suas terras porque não têm ânimo nenhum e ele expressa com orgulho em nome dos oitos anos de Governo do PMDB.

Então esta é a demonstração de equívoco com que a Bancada governista se portou e que, efetivamente, esperamos que no futuro a população do Paraná possa corrigir esses erros de escolha política.

Na sequência, concedo aparte ao nobre Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Prezado Deputado Pedro Tonelli, nesta oportunidade em que Vossa Excelência vai à tribuna e diz que possivelmente seja a última manifestação que faz antes de ir a Brasília assumir sua cadeira na Câmara Federal, por vontade soberana de grande parcela da população paranaense, também desejo manifestar em meu nome e espero seja em nome da minha Bancada, porque o Deputado-Líder não está presente, João Arruda, mas não só o da nossa bancada.

Acho que reconhecemos que Vossa Exce-

lência, nesta Casa, comportou-se durante quatro anos com a coerência e a firmeza que aconteceu no seu primeiro dia de mandato, todos somos testemunhas. Não só eu como a minha bancada, e nas próprias palavras do Deputado Caíto Quintana, Líder do Governo do PMDB nesta Casa.

E particularmente porque Vossa Excelência chegou aqui como uma novidade, como Deputado do PT, um Deputado apenas, um nome que vinha em nome da classe trabalhadora da zona rural, líder de classe, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e começando aqui na Assembléia, nas lides legislativas com as dificuldades de todos nós e muito especialmente daqueles que aqui iniciam, Vossa Excelência por tudo isso, merece de nós o reconhecimento e os cumprimentos, Vossa Excelência cumpriu com o seu mandato, com dignidade, com honradez, com coragem, manifestou sempre aqui o seu voto, muitas vezes apenas o seu voto contra todos nós, contra todas as bancadas, mas Vossa Excelência nunca se omitiu, nunca fugiu, portanto Vossa Excelência nesta Casa marcou a sua passagem, dignificou o seu partido e o seu curriculum e a sua vida pública. Oxalá e faço votos de coração que Vossa Excelência na Câmara Federal em companhia de tantos ilustres colegas nossos que ao seu lado estarão em Brasília, Deputado Rubens Bueno, Luciano Pizzatto, Homero Oguido, Deputado Werner Wanderer, que ao lado de tantos outros já reeleitos, possa selar no Congresso Nacional na Câmara juntamente com outros nossos representantes, possa ser útil e tão importante para o Paraná como foi aqui.

Não tenho dúvidas que se Vossa Excelência continuar assim, coerente, partidário e engrandecido, que será sem dúvida alguma, tendo por meta, por objetivo, a sua continuidade política, com esta vontade e acima de tudo, de sua coerência, que marca significativa a carreira de qualquer político.

Muito obrigado!

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o seu aparte, que me engrandece, tendo em vista, que é partido de um Parlamentar que foi também atuante aqui nesse Poder Legislativo, e o vosso aparte só nos reabastece de energia positiva, para que nós possamos lutar com humildade, com coragem, no desempenho, na continuidade do espírito implementado por esse Parlamentar e que certamente será fortificado a partir da próxima Legislatura, tanto em Brasília, quanto aqui nessa Assembléia Legislativa.

O Sr. Haroldo Ferreira - Deputado me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo, De-

putado Haroldo Ferreira.

O Sr. Haroldo Ferreira - Deputado Pedro Tonelli, acho que nesse momento em que Vossa Excelência se despede do Parlamento paranaense, para ocupar devido e merecido no Congresso Nacional, eu gostaria de me congratular com Vossa Excelência pelo trabalho que foi feito pelo seu partido, através da sua presença nesse Parlamento, durante os quatro anos que convivemos juntos, e até dizer que quase sempre nós estivemos juntos nas mesmas votações aqui nessa Casa, e entendo que a forma como Vossa Excelência se portou nesse Parlamento, não em cima do seu nome, mas em cima de uma proposta partidária, por mais que tenha sido difícil de ser entendido em alguns momentos pelos companheiros aqui do Parlamento e às vezes até por segmentos da sociedade.

Eu quero dizer que, após as últimas eleições e depois de uma grande reflexão, no momento que eu retorno para a minha atividade profissional na minha cidade de Francisco Beltrão, tenho claro que o seu papel aqui foi muito importante e fundamental, e oxalá os seus companheiros de partido que vão assumir aqui, possam manter a mesma postura, o mesmo trabalho e a mesma coerência, que estarão, sem dúvida nenhuma, dando uma grande contribuição para a sociedade paranaense.

Agora, eu dizia o seguinte: que em função dos últimos acontecimentos políticos no País e mesmo pelo que acontece no Leste europeu e a nível internacional, hoje, com a guerra no Golfo Pérsico, com o imperialismo americano, uma vez mais se manifestando através de uma luta armada, que talvez pudesse e devesse ser evitada; eu tenho certeza que no Brasil a política não vai se desenvolver no sentido dos interesses maiores da população; através de partidos burgueses, mas sem dúvida, através de partidos ideológicos.

Eu quero dizer que saio deste parlamento no momento que assistimos nos jornais e nos meios de comunicação do Paraná, que foi descoberto na Secretaria da Saúde, onde são investidos recursos da população, denúncias, e sem dúvida nenhuma, irregularidades profundas, trazendo grande prejuízo ao erário público e principalmente à população, que necessita de investimento destes poucos recursos, do seu interesse.

Eu sinto que, realmente, a luta vale a pena, porque nós estivemos aqui à frente da CPI da Saúde, no primeiro momento, para apurar irregularidades nos "SUDS", quando ela foi inviabilizada pela maioria do Governo equivocadamente.

E, hoje, eu entendo que devem haver Deputados do PMDB fazendo inclusive uma

análise e uma autocrítica e chegando à conclusão de que evitou com que o Parlamento, através das suas prerrogativas, principalmente a fiscalização do Executivo, pudesse dar uma demonstração cabal da sua existência, que é entre as suas várias atribuições, a de fiscalizar o Executivo.

E nós vemos, agora, realmente, se desvendar e espero que isto possa continuar, desvendar toda esta cadeia de corrupção, que nós tínhamos desvendado a nível das licitações públicas e das concorrências, que são fraudulentas.

Eu entendo, realmente, que através de partidos burgueses nós sempre teremos dificuldades, porque é uma eleição em cima de clientelismo, é uma eleição em cima do fisiologismo, e é uma eleição em cima da compra do voto, na hora em que a população mais se expõe à fome, à miséria, e ao analfabetismo.

Eu tenho certeza, Deputado Pedro Tonelli, pelo que eu conheci da vossa atuação nestes quatro anos, que será um digno representante do Paraná no Congresso Nacional e mais ainda: do povo do Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado e bom trabalho, em Brasília.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Haroldo Ferreira.

O nobre Deputado, como ele mesmo reconhece e cita, com toda a justiça, na maioria das vezes estivemos juntos. Deputado que esteve interessado numa proposta, defensor de uma proposta coerente de saúde, desde o seu passado, antes de ser Deputado, quando fazia medicina no Sudoeste do Paraná, que eu tive oportunidade de conhecê-lo, medicina popular, medicina socializada, e que continuou e que teve uma passagem rápida no Governo, mas sua inteligência permitiu que evoluísse e logo se alinhasse às aspirações populares e se colocasse no devido lugar, defendendo os anseios da maioria dos paranaenses, que sofrem por falta de saúde, de educação, emprego, salário, de comida, de moradia, e de tantas necessidades básicas.

Conte com a gente, Deputado Haroldo Ferreira, porque a nossa luta continua, dentro e fora do Parlamento, como o nosso Partido estabeleceu, nós estaremos em luta permanente, em busca de um ideal, de uma sociedade justa e uma sociedade igualitária.

Na sequência concedo, com muita satisfação o aparte ao nobre Deputado, colega de Bancada Federal, que certamente estará do lado do povo trabalhador, em Brasília, Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Pedro Tonelli.

O Parlamento para se acreditar perante a opinião pública precisa, sobretudo, mostrar trabalho, mostrar eficiência. Discutir, atentamente todos os assuntos que chegam a esta Casa, em momentos especiais quando há decisões importantes a serem tomadas.

Desde 22 de março, quando retornei a esta Casa, encontrei em Vossa Excelência um Deputado assíduo, trabalhador, competente, daqueles que fazem, dos Deputados de Oposição, no seu mérito a denúncia, a cobrança, a fiscalização.

Dentro desse prisma, ao se despedir dessa Casa, através de um pronunciamento oficial que Vossa Excelência faz, nós temos que parabenizá-lo, é nosso dever parabenizá-lo, até porque o Paraná não está perdendo com sua saída da Assembléia Legislativa, pelo contrário, está ganhando, porque é mais um representante, no cenário federal, quando com sua coragem, quando com sua postura de verdadeiro representante popular lá dará toda a sua contribuição, não só como cidadão mas como representante do povo, para poder contribuir para que este País caminhe de fato, caminhe de vez, não no discurso mas na prática, no dia a dia para corrigir as injustiças sociais. Para estabelecer mecanismos para que o povo possa, realmente, ser ouvido e em sendo ouvido, que se façam as reformas que o País precisa, que a Nação cobra!

Por isso, Deputado Pedro Tonelli, leve o nosso reconhecimento, o nosso aplauso, e tenho certeza de que juntos lá trabalharemos pelo nosso Estado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o vosso aparte e retribuo com as mesmas palavras. Tenho que reconhecer que, desde que conheci Vossa Excelência, neste Parlamento, tenho que reconhecer que Vossa Excelência tem sido um Parlamentar exemplar, dedicado e que se todos tivessem tido o zelo que Vossa Excelência teve, certamente a composição do nosso Parlamento e o resultado seria melhor.

Tenho certeza, Deputado Rubens Bueno, que em Brasília estaremos do mesmo lado, com o objetivo de pôr uma canga para o nosso Presidente que está entretendo o desenvolvimento desse país e nós precisamos retomar uma esperança para que este País saia desta crise em que foi colocado por uma decisão política equivocada da maioria dos brasileiros, na eleição passada.

E, para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero dizer que deixo esta Casa sem qualquer ressentimento, a luta política jamais foi tomada por mim como uma questão pessoal.

Quero anotar aqui o meu reconhecimento a muitos colegas que sempre tiveram uma

postura digna, mesmo discordando da nossa posição ideológica.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, valeu a pena!

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte?

Eu não poderia deixar de registrar a minha satisfação de ter convivido com Vossa Excelência durante quatro anos aqui na Assembléia Legislativa, e termos praticamente atuado na mesma linha ideológica, dentro desta Casa.

Sempre nos afinamos nas posições tomadas a nível de Plenário, a nível de Comissões, inclusive na feitura da nossa Constituição.

Então eu tenho certeza absoluta de que, se por um lado nós lamentamos profundamente a ausência do seu trabalho, da sua luta aqui nesta Assembléia, a exemplo do Luciano Pizzatto, do companheiro Rubens Bueno, do Deputado Homero Oguido que deixam esta Casa e Deputado Werner Wanderer que vão para o Congresso, se por um lado nós lamentamos as ausências de Vossas Excelências aqui, por outro lado ficamos felizes porque o Paraná, tenho certeza absoluta, que durante tantos anos esteve praticamente ausente de grandes lideranças, a nível de Congresso Nacional, temos certeza absoluta que a juventude de Vossas Excelências, o conhecimento de Vossa Excelência, a vontade de lutar e de mostrar o bom trabalho para o Paraná, tenho certeza absoluta que estaremos bem representados, a nível de Congresso Nacional.

Eu não poderia deixar passar este momento em que Vossa Excelência fala, pela última vez, desta tribuna, onde subiu inúmeras vezes, seria impossível aqui contar quantas vezes subiu a esta tribuna, colocando a sua posição pessoal, mas na maioria das vezes, a posição de seu próprio partido, na defesa dos direitos do povo do Paraná. Eu não poderia passar em branco em nome da Bancada do PDT a qual se afinou, repito mais uma vez, em quase todas as posições aqui no Plenário. Desejo a Vossa Excelência e aos demais parlamentares que vão para Brasília muito sucesso e que representem bem o nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o vosso aparte nobre Deputado Algaci Túlio e quero deixar registrado para a história de que o Deputado Algaci Túlio, juntamente com o Deputado Rafael Greca, foram, juntamente com o PT, a vanguarda desta Legislação no enfrentamento e no começo do desmascaramento desse Governo, que começou um Governo de fachada quando nós começamos a mostrar a realidade.

Vossa Excelência também está de para-

béns por essa postura, por esta coragem que teve desde o início até esse final de legislatura que sempre teve a mesma trajetória.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Pedro Tonelli, nesse momento em que V. Excia. faz uso da tribuna e faz as suas despedidas deste Parlamento, não poderíamos deixar de cumprimentá-lo e dizer da satisfação que tivemos de tê-lo como nosso companheiro de parlamento nesses quatro anos.

É bem verdade que se alguns momentos não estivemos afinados nas idéias, mas nas maiorias das vezes somamos força não só nesse Parlamento, mas principalmente nas Comissões técnicas, das quais tivemos privilégio de participar junto com Vossa Excelência em um grande número de comissões técnicas permanentes; seja na Comissão de Terras, seja na Comissão de Ecologia, seja principalmente na Comissão de Agricultura, presidida hoje pelo nosso caro companheiro Deputado Sabino Campos; seja no Bloco Parlamentar Agropecuário, que tivemos o privilégio de coordená-lo nesses quatro anos, onde sempre estivemos lado a lado com Vossa Excelência buscando a solução para os problemas dos agricultores, para os problemas da gente do Paraná.

Quero neste momento externar a Vossa Excelência votos de que em Brasília possa ser o Deputado atuante que foi no Parlamento do Paraná. Como bem disse, se em alguns momentos não somamos em idéias, tenho certeza que sempre o vosso trabalho, foi pensando no melhor para o Estado do Paraná, da mesma forma quero externar votos de profícuo sucesso em Brasília aos demais companheiros que nos deixam e para lá caminham, a exemplo de Vossa Excelência, como é caso do Deputado Luciano Pizzatto, Deputado Rubens Bueno, Deputado José Felinto, Deputado Homero Oguido, Deputado Werner Wanderer, que sem sombra de dúvida, haverão de engrandecer em Brasília esta escola que foi o Parlamento paranaense.

Meus cumprimentos, sucesso e que o Paraná ganhe ainda mais com a presença de Vossa Excelência no Congresso em Brasília.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o aparte do nobre Deputado Orlando Pessuti, que também temos que reconhecer que o seu mandato foi marcado pela intransigente defesa da agricultura, dos agricultores, das organizações cooperativas e dos produtores do nosso Estado que são a base principal da nossa economia. Então, Vossa Excelência, eu espero que continue, já que Vossa Excelência certamente fará jus à confiança que a população paranaense lhe concede e lhe re-

pete o mandato.

Concluo Senhor Presidente, dizendo: A luta não acabou aqui, eu estarei numa instância superior, mas aqui a luta continuará com novos nomes, com o Dr. Rosinha, com Ernani Pudel, com o Ovídio Constantino e com Paulo Maia.

Por isso, tenho certeza de que essa luta valeu a pena e que se ela continuar sendo justa, ela terá o reconhecimento da sociedade paranaense e a história assim o mostrará.

Era isso Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado

Pedro Tonelli, no momento em que Vossa Excelência se despede desta Casa esta presidência quer fazer público, como de outras vezes já fez, que Vossa Excelência foi um Deputado esforçado, competente e a cada dia que passava mais Vossa Excelência se projetava no cenário da Assembléia Legislativa. Nós, os mais antigos, eu e o Deputado Erondy Silvério esses dias ainda conversávamos sobre a passagem de Vossa Excelência nesta Assembléia. É claro que nós não comungamos dos mesmos pensamentos ideológicos de Vossa Excelência mas sabemos avaliar a sua presença nesta Casa como altamente positiva. Vossa Excelência pode ficar certo que a sua presença engrandeceu este Poder.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra as Lideranças do PL, PT, PDC, PDS, PFL. Todos declinam.

Com a palavra o Deputado Luciano Pizzatto, do PRN.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria, também, antes de deixar esta Casa de registrar algumas impressões que nós tivemos nestes raros momentos de um ano que tive oportunidade de ser deputado junto com nossos demais companheiros, se me permitem, numa luta da qual se nós não conseguimos todas as vitórias pelo menos tenho certeza, foi possível conhecer o caráter e a postura de diversos segmentos que influenciam o nosso Parlamento e que formam a verdadeira democracia.

Eu acho que durante esse um ano que tive nessa Casa fui premiado com o trabalho já que os nossos colegas conseguiram me permitir várias experiências. Algumas eu acho foram coroadas de sucesso, como a CPI da Saúde, que após as suas conclusões dentro de um esforço magnífico do Presidente Algaci Túlio e demais membros. Foi coroada de pleno sucesso quando o próprio Governo do Estado vem a público confessar que realmente a Secretaria da Saúde come-

teu e comete sérios e profundos abusos. Outro momento que acho digno de referência é a Comissão Especial do setor financeiro do Estado que está ainda em votação nesta Casa que num período extremamente curto, presidida pelo nosso companheiro Neivo Beraldin e com uma postura de todos seus membros exemplares conseguiu fazer um trabalho durante muito tempo eu não tinha visto, seja aqui dentro da Assembléia Legislativa, seja em outras áreas de atuação profissional.

E acho que será uma vitória desta Casa de Leis se o relatório final da Comissão puder ser efetivamente votado e respeitado por esta Casa de Leis, já porque nós observamos durante essa Comissão é que a questão do BADEP, BRDE e a situação financeira do Estado lamentavelmente vem sendo colocada a público com uma condição de super valorização de alguns aspectos negativos mas de desconhecimento de todo o escopo do problema.

E eu acho que um assunto de tamanha gravidade não pode continuar a ser colocado de forma tão leviana que só teremos resgatada a dignidade do processo se o nosso parecer, o Parecer feito pelo relator Deputado Rubens Bueno puder efetivamente ser implementado.

Também gostaria de registrar o imenso prazer que tivemos sendo em dois anos consecutivos o relator geral do orçamento do Estado. Acho que consegui aprender muito nesse processo do orçamento e só lamento profundamente que alguns Deputados tenham abdicado de seu direito, o seu direito Constitucional, o seu direito popular através do voto de influenciarem, de ordenarem politicamente o orçamento, e com isso nós tenhamos perdido muito das nossas conquistas, tenham sido tiradas durante muitos e muitos anos de ditadura. Mas é óbvio que esse é um processo de aprendizado e, com o tempo esse Parlamento saberá resgatar a sua condição básica de também poder legislar na hora do orçamento sobre a matéria orçamentária.

Lamentei também de que algumas ações não puderam ser concluídas. A CPI das Finanças que não se concluiu nessa Casa é algo de extrema gravidade, e, deveria e que espero que continue na próxima legislatura, mas, que deveria ter trazido à Casa de Leis toda uma realidade financeira do Estado que é de extrema necessidade que seja do conhecimento do público.

Também preciso deixar registrado, nesses últimos momentos em que nós estamos passando nessa Casa de Leis, o total respeito que eu tive pela Mesa Executiva prestigiando a nossa posição como Deputado, e, principalmente prestigiando todas as ações no sentido de trabalho. Gostaria de deixar o meu agradecimento nesse senti-

Quanto às demais ações como Deputado, acredito que o resultado final da nossa rápida passagem por essa Casa de Leis tenha sido positivo, mesmo que lamentavelmente, quando a vontade desse Parlamento após o veto direto, tenha sido submetido ao Poder Executivo, o veto tenha mutilado diversas ações de extrema importância.

O Projeto de Lei do Cidadão Senior, que foi vetado integralmente, para mim foi um profundo prejuízo à dignidade das pessoas idosas desse Estado. Posteriormente o mesmo teor do nosso Projeto de Lei do Cidadão Senior, em relação ao transporte das pessoas idosas de todo o Estado, que foi dos grandes problemas levantados pelo líder do governo, foi aprovado no projeto de lei do Deputado Cândido Bastos. Mesmo assim acho que muito poderia ter sido avançado, se o projeto na sua íntegra, tivesse sido aprovado.

Também acho até uma atitude, com perda da expressão e do seu peso, criminosa, a falta de vontade de aplicar a legislação de esportes náuticos, principalmente a que restringe o uso de "jet ski" a cem metros da praia; porque na justificativa de veto, se coloca que já existe uma Portaria Federal. E não imagino um governo que abdica do poder de ter uma lei estadual, que não legisla sobre águas, mas sim sobre turismo, segurança, transporte e esporte, abdicar deste direito de vetar.

Espero que, em função dessa ação, nenhuma criança, nenhum filho de alguém, nenhuma esposa, nenhum pai, nenhuma mãe venha a se machucar ou morrer. Se isto acontecer, acho que a responsabilidade deveria ser profundamente levantada.

Também me gerou frustração, um projeto de lei que foi debatido profundamente com a comunidade, que foi distribuído para centenas de pessoas, que foi objeto de um seminário nessa Casa, que foi retirado de pauta três vezes, de sessão para ser mais debatido, que foi o nosso Projeto de Lei Florestal, ter sido derrotado em 3ª votação, quando no meu modo de entender, teria sido um dos grandes avanços na administração de recursos naturais.

E lamento mais que isso tenha acontecido pela simples e primária conclusão entre o termo floresta e meio ambiente. Que não se permite dentro de um Parlamento, que precisa representar a massa crítica desse País. Mesmo assim eu acho que todos esses assuntos poderão ser rediscutidos na próxima legislatura, já que projetos parecidos, ou com a mesma postura ideológica, já estão tramitando novamente nessa Casa de Leis.

Gostaria também dentro desse quadro de aproveitar desse momento da nossa despedida, para ressaltar a questão envolvendo a

questão do BADEP e BRDE.

Com o aparte o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Luciano Pizzatto, Vossa Excelência ao se despedir desta Casa, assim como já fez o Deputado Pedro Tonelli, também o faz na certeza de ter realizado aqui um grande trabalho.

Início de abril e mês de meio, ao seu lado nós acompanhamos a revisão orçamentária de 1989 e naquela ocasião nós vimos a sua aplicação, o seu denodo e vimos a sua competência sobre o Orçamento Público, e naquele momento pude admirar o seu trabalho.

E no momento em que Vossa Excelência vem perante o Plenário desta Casa, perante o Paraná se despedir é de meu dever também cumprimentá-lo e também esperar que juntos possamos no Congresso Nacional, Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, eu e os Deputados que se elegeram, possam contribuir efetivamente para um novo tempo, mas que seja um novo tempo em que todos nós possamos reaviver da população brasileira na sociedade aquilo que ela quer do seu representante, que no exercício do seu mandato tenha autoridade e para ter essa autoridade é preciso dar o exemplo como homem público. É isso que nós queremos. É isso que nós aspiramos.

Vejo Vossa Excelência também, a partir deste ano no Congresso Nacional como um homem que vai lutar. Vai lutar pela revisão da Constituição. Vai lutar pelo plebiscito. Vai lutar por tantas conquistas importantes do campo político e sobretudo no campo econômico e social, que é que nós mais desejamos.

Na última semana nós vimos publicada uma pesquisa em que mostra que a população brasileira continua desacreditando do político, do representante do povo e lá foi para último lugar na classificação da população de acordo com os índices de credibilidade do homem público brasileiro.

E o que é mais grave, um pouco melhor os partidos políticos. Ora, se nós não temos homens públicos, representantes à altura do povo e que o povo acredite e nós não temos partido que dê organização, disciplina e que sobretudo sustente os programas para as votações que tem que dar, não tem porque então existir democracia.

Sem organização, sem disciplina e sem participação, a democracia começa a desfalecer e é por aí, Sr. Deputado, que nós queremos contar também lá em Brasília com seu apoio para levarmos avante essas propostas e aqui com seu trabalho ficam sinceramente, os nossos cumprimentos.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Agradeço as palavras do Deputado Rubens Bueno e tenho a certeza de que os representantes

do Paraná que foram eleitos, em sua maioria através da renovação no Congresso Nacional ajudarão a mudar a postura do homem público.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Queria ao mesmo tempo, como fiz com o Deputado Pedro Tonelli, desejar a Vossa Excelência muito sucesso em Brasília, que sua luta, seu trabalho e sua inteligência nas discussões dos assuntos mais importantes desta Casa, possam ser utilizadas também lá em Brasília e temos certeza que isto vai acontecer. A sua juventude, a sua vontade realmente de lutar pelo Paraná, o seu idealismo, especialmente, na área do meio ambiente deixaram marcas muito importantes neste Parlamento.

Então eu quero também, mais uma vez parabenizá-lo e desejar toda a sorte para o seu trabalho, seu desempenho em Brasília.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Obrigado Deputado Algaci Túlio.

Só para concluir, nós gostaríamos de ter falado ainda na questão do BRDE/BADEP, não havendo mais tempo, gostaria só de pedir aos Srs. Deputados que efetivamente pensem na seriedade do assunto e que as posições do relatório final me parecem serem ponderadas, dignas, sem qualquer tendência partidária e seria o melhor caminho a ser adotado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Luciano Pizzatto, a Mesa quer dizer a Vossa Excelência, ao Plenário e ao Paraná que Vossa Excelência, durante o pouco tempo em que esteve nesta Casa trabalhou de nodadamente, foi relator do orçamento, talvez a peça mais importante do Legislativo, demonstrou pela primeira vez aqui nesta Casa, num quadro demonstrativo a despesa e a arrecadação do Estado. Enobrecer esta Casa e nós temos certeza que Vossa Excelência, Deputado Werner Wanderer, Deputado Rubens Bueno, Deputado Antônio, Bárbara, Deputado Homero Oguido e o Deputado Suplente José Felinto farão excelente presença no Congresso Nacional, demonstrando que o Paraná possui homens de idoneidade, de capacidade e de grande tenacidade no trabalho.

PT PDT, PSDB, PMDB.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria

constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 006/91, de autoria da Comissão Especial Interpartidária do Sistema Financeiro do Estado do Paraná, que aprova o relatório Final da referida comissão.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a votação nominal do Projeto de Resolução n° 006/91. Aprovado.

Os Srs. Deputados que rejeitam a Resolução dirão "NÃO". Os Srs. Deputados que aprovam a Resolução dirão "SIM". Vai se iniciar o processo de votação nominal. O Sr. 1° Secretário procederá a chamada.

O SR. RUBENS BUENO - O processo de encaminhamento de votação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá dez minutos. A Mesa adverte os Deputados que participarem da votação não poderão se ausentar do Plenário.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Os jornais do Paraná de hoje, publicam extensas matérias a respeito do Projeto de Resolução que nós a seguir vamos votar.

O que ainda nos causa espécie, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que algumas matérias insistem em dizer que o Relatório da Comissão interpartidária para estudar o sistema financeiro é contra a retirada do Paraná do BRDE. E eu não sei porque motivo alguns artigos encaminhados por ilustre técnicos, homens públicos, que ao largo da sua vida deram a sua contribuição para poder encaminhar as melhores soluções aos problemas da sociedade paranaense, viram-se censurados.

Diante disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou ler mais uma vez, e agora para conhecimento dos homens e mulheres da imprensa as conclusões somente do relatório. (Lê).

VI CONCLUSÕES

A Comissão Especial Interpartidária, que este subscreve, ante os dados e fatos expostos e analisados neste RELATÓRIO, conclui que:

a) É legítima a intenção do Poder Executivo de buscar a racionalização adequando o Sistema Financeiro Estadual à realidade de economia paranaense:

b) É inquestionável o compromisso assumido pelo Governo do Estado quanto a eliminação da DUALIDADE dos Bancos de Desenvolvimento. No entanto, a data para solucionar tal pendência não expira, necessariamente, em 15.03.91, como se acredita tendo em vista que a lei n° 2.321/87 faculta a prorrogação por mais um ano;

c) O Banco Central do Brasil mantém-se isento quanto à adequação do Sistema Financeiro do Estado à realidade atual;

d) Não existe nenhum estudo consistente que apresente uma análise das vantagens e desvantagens que podem advir como consequência da reforma do Sistema Financeiro do Estado, à maneira como está sendo conduzida;

e) Em nenhum momento ficou demonstrado que a criação de uma Carteira de Desenvolvimento em um banco Comercial Estadual, possa, com vantagens, substituir ao mesmo tempo dois Bancos de Desenvolvimento que operam já há quase 30 anos;

f) A existência de um organismo regional traz intransferíveis vantagens ao sistema de fomento;

g) É inoportuna qualquer definição quanto à Mensagem do Executivo que solicita a autorização para a retirada do Paraná do BRDE, uma vez que:

- As justificativas apresentadas são a eliminação da DUALIDADE dos Bancos de Desenvolvimento e o reforço do patrimônio do BADEP. Tendo em vista, porém, que o Executivo já anunciou, em 03.01.91, a extinção do BADEP, ficam invalidados os dois argumentos;

- Esta Assembléia, a pedido do Deputado Algaci Túlio, enviou ao Governador um pedido de informações, cuja resposta é fundamental para subsidiar esta decisão e não mereceu ainda devido atendimento.

h) Todo ato importante implementado neste momento terá reflexos ponderáveis sobre a atuação do novo Governo, sendo necessária muita reflexão antes de qualquer deliberação desta Assembléia.

i) O Executivo Paranaense fundamenta a reforma do Sistema Financeiro do Estado no Relatório do Banco Mundial, que sugere modelo para o Sistema Financeiro dos Estados. Segundo o mencionado Relatório, há intenção expressa de se privatizar o setor financeiro, negando aos Bancos Comerciais Estaduais qualquer atribuição específica que justifique a sua existência.

Em outras palavras, o Banco Mundial acredita que os Bancos Privados podem executar todas as tarefas que um Banco Comercial Estadual realiza.

VII - RECOMENDAÇÕES

Em vista das conclusões a que chegou, esta Comissão Interpartidária recomenda:

a) Seja sustada a votação da Mensagem n° 189/90 do Executivo que pede autorização para proceder a saída do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE, devendo a mesma ser reformulada;

b) Seja constituído um Grupo de Trabalho Paritário, integrado por representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, e da Assembléia Legislativa do Paraná.

Este grupo deverá, no prazo de 90 dias, articuladamente com os Governos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentar à apreciação desta Casa um modelo institucional de fomento econômico que atenda os interesses de cada Estado no contexto da Região Sul.

c) Equacione o Poder Executivo Estadual junto ao BADEP, as pendências relativas à CIC e CODEL, providência que, na sequência, só contribuirá positivamente para o fortalecimento do modelo que vier a ser aprovado, em final deliberação desta Casa.

d) Seja instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se apurem as denúncias da participação de uma empresa de consultoria na elaboração do plano de Reforma Administrativa do Estado do Paraná, sem que se tenha obedecido aos trâmites legais para a sua contratação.

e) O Executivo Estadual desenvolva negociações junto ao BACEN, no sentido de equacionar a dívida do BADEP com aquela Instituição, reescalando-a pelo prazo de 3 a 15 anos.

f) O Executivo Estadual cesse, imediatamente, os anúncios e propagandas sobre a última etapa da reforma administrativa do Estado.

É o parecer.

Curitiba, 21.01.91

(a) RUBENS BUENO

Deputado Estadual

Relator da Comissão Especial

Interpartidária

Para Estudo do Sistema Financeiro Estadual".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não há nenhuma afirmação ou nenhuma conclusão desta Comissão que indique que o Paraná deve continuar a manter-se no convênio CODESUL/BRDE, e nenhuma conclusão da Comissão de que deva ser extinto o BADEP.

A recomendação pelas conclusões da Comissão é para que não se efetive dito a longo prazo, cuidando especialmente de dar suporte a pequenas e médias empresas nacionais e aos programas regionais de desenvolvimento".

Esta é a proposta do PMDB para este

País. Vou mais adiante, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A revista do PMDB n° ... aliás, da qual sou assinante e contribuo para ela - traz um documento em que trata do FMI e da moratória. Diz o documento, textualmente:

"A liberdade de ação somente será recuperada se o Brasil renunciar ajuda financeira do FMI".

Vou repetir. O documento do PMDB diz o seguinte:

"A liberdade de ação somente será recuperada se o Brasil renunciar ajuda financeira do FMI".

Mais adiante: "Os acordos assinados com essa Instituição, cerceiam a liberdade de ação de nosso Governo, em praticamente todos os campos da política econômica. Firmados inicialmente com duração de 3 anos, a tendência será para que se perpetuem.

O objetivo desses acordos é submeter a economia brasileira a um processo de reajustamentos externo e interno, mediante a recessão, se a ele nos submetermos a crise atual deverá aprofundar-se por tempo indefinido. A eliminação da tutela do FMI é condição necessária para que possamos reorganizar com a reativação das atividades econômicas e com a retomada do desenvolvimento".

Mais adiante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mesmo documento afirma que o PMDB quer "programas de planejamento familiar porque ao FMI e outras organizações internacionais que querem esterilizar as mulheres brasileiras", este é o documento do PMDB publicado à Nação brasileira.

Mais adiante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o FMI, comitê executivo da burguesia financeira internacional, estabeleceu que para ser pago pelo povo brasileiro, deve ser em função da crise mundial. O Governo é apenas intermediário desta chantagem.

A Revista do PMDB, publica documento do eminente economista Celso Furtado, onde analisa todo o sistema financeiro nacional e ele diz, o que é uma mentira, a segunda é a falácia de que os banqueiros internacionais conhecem. Mas os nossos problemas, julgam melhor o que nos convém do que nós mesmos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou fazendo estas citações porque na entrevista do dia 03 de janeiro de 1991 foi colocado textualmente pelo Governador que a extinção do BADEP, que a saída do Paraná do BRDE, com a extinção dos dois Bancos de Desenvolvimento, era o que o Paraná poderia corresponder ao acordo internacional do Banco Central e com o Banco Mundial.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) -

O SR. RUBENS BUENO - Vou mais adiante. Isto determinou, falando sobre o FMI, a rendição do Brasil às exigências do FMI, ao qual se viu obrigado a recorrer para obter os empréstimos e o apoio necessário para pagamento de amortização e juros com vencimento imediato.

Este documento denso, sério, diz que a outra categoria de beneficiários do endividamento brasileiro foi o sistema financeiro transacional, em particular os grandes conglomerados...

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. RUBENS BUENO - Estes conglomerados encontraram, no Brasil, uma economia em processo de crescimento vigoroso, capaz de absorver os abundantes recursos disponíveis...

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós agora estamos ouvindo a explanação do Deputado Rubens Bueno.

O SR. JOSÉ FELINTO - Encaminhamento de dez minutos. Há dezenove minutos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, há precisamente doze minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, se estivesse discutindo o projeto, mas ele está fazendo um ataque, lendo um Estatuto do PMDB que deve conhecer muito bem como Secretário que foi durante três anos, inclusive do Governo do PMDB. Não podemos aceitar que além de encaminhar a votação fora da matéria, extrapole o tempo.

Estamos a fim de ouvir, Deputado Rubens Bueno, mas vamos nos manter no Regimento, no que diz respeito ao encaminhamento da matéria, não desviando do assunto. E segundo, nos poupe de ler as revistas do PMDB porque os nomes do partido são associados e o que Vossa Excelência lê é uma doutrina que estamos brigando por ela. No entanto, a discussão é sobre seu relatório. Nada mais do que isto.

O SR. RUBENS BUENO - Estou colocando a posição do PMDB perante o Brasil e a decisão do Governador para extinguir o BADEP.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência podia colocar a posição do PMDB até mais ou menos um ano atrás, quando Vossa Excelência fazia parte do partido. Nos permita, pelo menos, que façamos a colocação do nosso partido. Faça Vossa Excelência do seu.

O SR. RUBENS BUENO - Mas estou cobrando exatamente isto, Deputado Caíto Quintana, que haja uma coerência entre o que diz o partido e o que ele pratica no Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este texto que vou ler pediria muita atenção do Deputado Caíto Quintana...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, por favor.

O SR. RUBENS BUENO - Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não abuse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Queria solicitar de Vossa Excelência pela ordem, para dizer que ontem já foi discutido durante longo tempo a questão. Hoje, o Deputado Rubens Bueno tem o direito regimental de dez minutos, já extrapolou este horário, está criando uma discussão paralela ao orador da Tribuna. Então solicito que Vossa Excelência cumpra a determinação do horário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. RUBENS BUENO - O Deputado Caíto Quintana acabou de afirmar que conhece, que os Deputados conhecem o programa do partido. Vou ler este trecho para concluir, Sr. Presidente:

"A Democracia Representativa é aquela em que o povo é representado pelo Parlamentar eleito pelo voto direto, indicado no nosso caso por um partido político. É o partido que media e avaliza o seu mandato. Caso o Parlamentar mandatário não cumpra seus compromissos programáticos, pode ter o seu mandato cassado pelo partido se este for forte, democrático e organizado", palavras do então Deputado Estadual Roberto Requião de Melo e Silva, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Era aí que eu queria chegar para concluir. As propostas de um partido político não podem fugir na atuação do dia a dia de seus representantes em plenário nos três Parlamentos, seja municipal, estadual ou nacional.

E quero concluir que é por isto que estou no PSDB, exatamente por aquilo que diz na abertura do seu Programa, longe das benesses oficiais, mais perto dos...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Depois de 600 horas de vôo em avião oficial do Estado levando chequinhos de 10 mil cruzados, Vossa Excelência por interesse eleitoral abandonou depois de ser por três anos Secretário. Seiscentas horas de viagem às custas de aviões oficiais e Vossa Excelência...

(Tumulto no plenário)

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos)

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Não o fez neste Parlamento.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência nasceu na ARENA e eu no MDB...
(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação. O Sr. 1º Secretário procederá à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - José Afonso...

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, quero também usar a minha posição com relação a este Relatório Final apresentado pela Comissão Especial da qual fizemos parte como vice-Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria que me informasse se já se iniciou o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, não iniciou. O Deputado Algaci pediu a palavra para encaminhamento de votação e terá direito de falar 10 minutos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Porque me parece que o Deputado José Afonso já havia até votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, não votou ainda. A Mesa não pode cercear o direito de um Deputado para o encaminhamento de votação.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu queria dizer então, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que dentre muitos depoimentos presta-

dos na Comissão Especial...

O SR. JOSÉ FELINTO - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Pela ordem só para esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... que visou apurar a questão financeira do Estado do Paraná, colhemos alguns pontos importantes no depoimento do Sr. José Pio, que é o vice-Presidente do Banestado...

O SR. JOSÉ FELINTO - Pela ordem.
(Vozes paralelas)

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência aguarde um instante que lhe darei a palavra Pela Ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Ele disse em determinada altura "vocês podem ficar até com 10 Bancos de Desenvolvimento desde que não entrem aqui no Banco Central para pedir um centavo". Mais adiante ele fala: "O Banco Central não admite mais falar de transferir dinheiro para bancos estaduais", ele deixa quebrar, mas não admite mais essa conversa de socorro, a não ser o socorro normal, rotineiro, problemas de caixa, aquele socorro que...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está assegurada a palavra ao Deputado Algaci Túlio e a Mesa vai descontar os apartes e as Questões de Ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ FELINTO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu acho que a democracia entende-se assim: no direito de todos falarem no Parlamento. Não será o rolo compressor que vai nos amedrontar neste momento aqui. Nós viemos aqui e queremos colocar a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra pela Ordem ao Deputado José Felinto e já anuncia que vai descontar o tempo que Vossa Excelência vai interromper.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem) - Parabéns a Vossa Excelência pela decisão.

Sr. Presidente, antes mesmo de o Deputado Afonso Júnior ter votado, este Parlamentar pediu questão de ordem, porque queria encaminhar à Presidência e ao Plenário

desta Casa, um adendo na CPI a ser instalada, proposta por um ex-Secretário de Estado, que incluísse nesta CPI, os atos da Secretaria do Trabalho e Ação Social, que excluísse a aplicação financeira daquela Secretaria, que incluísse também nesta CPI a questão das vendas dos aviões do Estado por este Secretário ter dado prejuízos com as horas de voo que chegou ao ponto de o Governo do Estado procurar vender os aviões, pelo prejuízo dado ao Estado nos festivais de cheques de 10 cruzados quando na realidade se gastava 50...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Sr.

Presidente. Mais a frente no diálogo, na Comissão, do Sr. José Pio e o Sr. Deputado Luciano Pizzatto. Diz aqui, "Ele tem a prerrogativa", mas ele vai dizer que não avisou... Veja a dificuldade que nós temos aqui como meros políticos para compreender toda essa situação que está acontecendo. O mero não foi no sentido pejorativo; outro aspecto que a gente não consegue compreender em toda essa discussão, é que se coloque aqui, o Banco Central insistia de que não poderiam haver dois bancos de desenvolvimento, e aí está o Estado, resolve acabar com os dois, sai do BRDE, e sai do BADEP, se ele saísse do BRDE e ficasse com o BADEP, era uma situação líquida e certa, teria todo o apoio nosso; mas aí, revolucionariamente, saímos de todos os bancos de desenvolvimento que nós participamos. Isso também é algo muito difícil, de a gente compreender e muito difícil de a gente explicar e também na sequência do meu raciocínio eu gostaria que o Senhor tentasse me justificar o porquê, porque foi realmente colocado como argumento de que o Banco Central sempre colocou a dualidade, e a dualidade eu sei, o Banco Mundial não quer a dualidade em nenhum setor; isso é jogar dinheiro público fora, com uma administração mais cara, mas aí acabar com a dualidade acabando com os dois, aí a gente acaba com a dualidade, gerando a nulidade, no meu modo de entender o que não é satisfatório.

Outro problema é quando se coloca a função do BANESTADO, por exemplo, quando se desenvolve o raciocínio de que venha ser o BANESTADO e o que venha a ser um banco de fomento. As duas coisas não podem casar, porque tem funções diferentes, um banco comercial como o BANESTADO, tem que ter lucro, se não os seus investidores, os seus correntistas, não vão deixar o seu dinheiro lá porque ele pode ter um lucro pequeno. Ele pode ser mais social, ter um lucro a níveis aceitáveis. Agora um Banco de fomento, não pode ter um lucro, ele de-

ve ter um patrimônio, uma receita, finanças equilibradas, no meu modo de entender. Então um banco de fomento corre riscos, enquanto um banco comercial tem que correr os menores riscos possíveis, porque nunca se compara a um Banco de Fomento que trabalha com longo prazo, uma série de variáveis técnicas e um monte de outros fatores: um banco de fomento trabalha com taxas de comissões baixíssimas, e se ele não trabalhasse com taxas de comissões baixíssimas, ele não poderia passar dinheiro baixo aos tomadores, enquanto o banco comercial, não pode trabalhar com esse tipo de valor.

Então me parece que um banco de fomento, dentro de um banco comercial é algo difícil, e ainda para concluir esse primeiro raciocínio, vem a outra dúvida que a gente não consegue entender, que é o problema da situação financeira do BADEP e a real situação e intenção de resolver. O BADEP acabou tendo um patrimônio negativo porque fez um imenso esforço para pagar o seu devedor Federal, que é o BNDES. Nesse imenso esforço ele acabou tendo problemas a nível de Estado, lógico, porque é o Estado que acaba tendo benefícios do investimento. Mas o BADEP fez um esforço, o Governo fez esse esforço, e na realidade o Governo acabou com 124 milhões, ficando com 124 milhões de dólares a nível de Banco Central.

Eu acho que esse seria o grande problema a ser tratado hoje, que é a nota promissória assinada e vencida, e consequentemente, pode ser protestada a qualquer momento. Agora o Estado tem como gerar caixa, eu acho que o Estado tem como gerar caixa, e é essa disfunção que tem que ser trazida aqui para se saber se ele tentou isso. Eu vou pegar um exemplo, muito conhecido, que foi votado aqui e é do conhecimento de todos. O BANESTADO tinha uma dívida com os empreiteiros, que era dinheiro que tinha sido rolando há mais de três anos, não podia ficar com aquele dinheiro lá em cima e ir renovando aquele tipo de empréstimo, o Estado lançou mão e emitiu títulos no valor de 87 milhões de dólares, se não me engano, que há 3 bilhões e 260 milhões de cruzeiros, ele pagou emitiu aquilo, passou para o DER, o DER pagou para os empreiteiros, e os empreiteiros foram ao BANESTADO e pagaram o seu título vencido e foi sanado oitenta e sete milhões de dólares.

E, mais adiante, o Senhor José Pio diz: "eu fui diretor-geral da Fazenda por três anos, no Governo Álvaro Dias". Mas, vejamos, a primeira pergunta: "o banco de desenvolvimento deve existir. O Estado deve ter um banco de desenvolvimento". Quem diz é o Senhor José Pio Martins: o Estado deve ter um banco de desenvolvimento.

Eu tenho conversado com o pessoal do BADEP e acredito nisso. Eu concordo, plenamente, que as funções, a cultura, o tipo de comportamento de um banco comercial é historicamente diferente na cultura, nas funções, de um banco de desenvolvimento. E eu poderia ir muito além, dentro desta análise e de muitos depoimentos que foram prestados nesta Comissão.

Na verdade, o que eu, o Deputado Rubens Bueno, o Deputado Luciano Pizzatto, o Deputado Pedro Tonelli, tentamos dizer, é que nós não somos os donos da verdade. Porém, preciso dizer aqui, que como integrante desta Comissão, procuramos ouvir bastante, procuramos questionar bastante. Aprendemos muito, neste período da formação desta Comissão.

Deus queira, até, que estejamos errados, Deputados Rubens Bueno, Deputado Luciano Pizzatto, Deputado Pedro Tonelli, que estejamos errados na nossa avaliação, para o bem do Paraná, porque caso contrário, o prejuízo será muito grande para todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado José Afonso Júnior.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Obrigado, Senhor Presidente. Eu gostaria, somente, de esclarecer à Mesa, que realmente o Deputado Dirceu Manfrinato tem razão, quando diz que o 1º Secretário me chamou para votar. Eu já tinha dado o meu voto contrário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicitamos ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados contrários à Resolução, dirão "NÃO" e os favoráveis à Resolução, dirão "SIM".

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Termina a votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 26 Senhores Deputados rejeitam o Projeto de Resolução nº 006/91.

12 o aprovam.

REJEITADA a Resolução nº 006/91. Em consequência disso, a Mesa marca para amanhã a 3ª discussão do Projeto de Lei nº 556/90.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei Complementar nº 323/89 e de Lei nº 611/90. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de

preferência de votação acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n° 323/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 102/89, de 20.11.89)

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 611/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES e outros, que acresce parágrafo único ao artigo 1° da Lei n° 8.521, de 06.07.87, modificado pela Lei n° 9.114, de 10.11.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa corretiva, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 611/90
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

Art. 1° - O artigo 2° do Projeto de Lei n° 611/90, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - As atividades serão fiscalizadas pela Fundação de Esporte e Turismo do Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 23.01.91.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoio: Valderi Mendes Vilela.

Hermas Brandão.

Nereu Carlos Massignan.

Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A supressão da expressão: autorizadas, justifica-se por existir legislação específica pertinente à matéria.

Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero registrar meu voto contrário e informar que amanhã farei tudo para entrar com emendas neste projeto.

A SR.^a VERA AGIBERT (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu também gostaria de registrar o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, infelizmente não vai conceder verificação de votação porque já extrapolou a votação e os Deputados estão justificando o seu voto.

O SR. PEDRO TONELLI - É que eu não me conformo com o resultado. O resultado foi pela aprovação e está todo mundo registrando voto contrário, o meu voto também é

contrário, então estou requerendo a verificação para conferir se a Mesa agiu com lisura, porque mais de 20 Senhores Deputados votaram a favor e alguns Deputados estão anunciando o seu voto contrário, justificando o seu voto.

O voto de Vossa Excelência será contrário também.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, Vossa Excelência já havia anunciado o resultado da votação com aprovação da matéria, alguns Parlamentares já justificavam o seu voto, me parece, Senhor Presidente, que não cabe a verificação de votação.

Eu solicito então, que Vossa Excelência não acate, no dia de hoje, o pedido de verificação do Deputado Pedro Tonelli e ele pode fazê-lo na votação de amanhã.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu quero saber quem é que votou a favor da realização de bingos aqui no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que votam contra o Projeto, queiram levantar-se. Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

21 Senhores Deputados aprovam, 09 rejeitam. Está aprovado o Projeto.

Há emenda do Deputado Acir Mezzadri. Lê a emenda modificando o artigo 2° do Projeto de Lei n° 611/90. Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 152/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que cria a comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e dispõe sobre os princípios a serem obedecidos na sua utilização. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar n° 152/90. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Esse é Projeto de Lei Complementar...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 152/90, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

Eu apenas lamento a retirada do projeto, já que se trata de um Projeto de Lei Complementar que regulamenta a política de aplicação dos recursos do artigo 142 da Constituição Estadual, que se trata da distribuição dos "royalties". Eu queria registrar nesta Casa que este projeto determina que os "royalties" sejam geridos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico, que por seu turno é administrado pelo BADEP, está em discussão aqui nesta Assembleia há tantos dias.

Só isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 374/90, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 625/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 225/90), que institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 da Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Para encaminhar.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Constituinte do Estado do Paraná de 1989 reconheceu uma necessidade importante para os paranaenses e principalmente para os paranaenses que sempre estiveram marginalizados do serviço da justiça, e adotou como regra geral a instituição da Defensoria Pública no Estado do Paraná que permitisse o acesso dos setores marginalizados, dos setores que não têm recursos econômicos para os serviços da justiça.

Eu lamento que o Líder do Governo apresente uma emenda substitutiva ao projeto que propunha criar a Defensoria Pública; e a emenda, simplesmente, descreia a Defensoria Pública, a emenda do nobre Líder do Governo.

Se aprovado esse substitutivo do nobre Líder do Governo, eu estou chegando à conclusão que o Parlamento paranaense está aqui para assinar embaixo de que a justiça, o serviço da justiça do Paraná, só será possível para os ricos. Por quê? Porque ela já tem um custo muito alto e nesta semana nós acabamos de aprovar aqui um aumento nas custas judiciais e extrajudiciais de 70%. Então, aqueles que mais precisam da Justiça, cada vez eles terão uma dificuldade maior. A Defensoria Pública no Estado do Paraná, apesar de uma trajetória capenga no processo de sua constituição,

ela, com esse substitutivo do Deputado Caíto Quintana, ela será destituída, porque eu não acredito, quem me leva a crer que nos 180 dias próximos alguém se interessará para implantar a Defensoria de acordo com as necessidades essenciais do povo marginalizado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu me recuso a votar o substitutivo do Deputado Caíto Quintana, apesar de reconhecer que no projeto original de autoria do Palácio, também tinha algumas distorções, mas o substitutivo não as corrige, o substitutivo descreia a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, apenas para encaminhar como justificativa, as colocações do Deputado Pedro Tonelli de forma alguma conferem com a verdade. Aliás, o seu pronunciamento está sintomático no final dele que diz, ele discorda com alguns artigos da Mensagem original e que o substitutivo descreia, palavras do Deputado Pedro Tonelli, "descreia". Ora, o que nós estamos tentando em diálogos constantes, inclusive com os integrantes da Defensoria é deixar muito claro uma coisa, temos o interesse maior de criar a Defensoria Pública, de deixá-la criada nesse período extraordinário. No entanto, há de se saber de que nós estamos em 3.^a votação dessa Defensoria, e exatamente o que nós pretendemos é que fique criada definitivamente, por lei complementar, e chamo a atenção desse Plenário, por Lei Complementar, a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Ao criar a Defensoria Pública do Estado do Paraná, automaticamente nós estamos fazendo justiça àqueles defensores públicos que se enquadram dentro da Constituição, com direito garantido de transposição para as funções de defensoria; esse é o meu entender. E estamos dando, no Artigo 7°, 180 dias para regulamentar, não a Defensoria, não a criação da Defensoria, porque ela estará criada por Lei Complementar, apenas 180 dias para regulamentar como se processará, se será com 411 cargos, conforme a Mensagem original; se esses cargos serão preenchidos de uma só vez; será em elasticidade de que se criem primeiro nas principais, nas comarcas de última instância. Como vai se processar é que nós precisamos definir.

A nossa vontade para todos aqueles que queiram entender, é pelo substitutivo deixar criada a Defensoria, cumprir o dispositivo constitucional, garantir àqueles que se encaixarem dentro do que a Constituição diz no seu direito de serem defensores. E regulamentar o resto do concurso, àqueles que serão defensores no futuro, que não têm face, que serão nomeados após

um concurso público. Nós não sabemos quem vai passar, esses vamos regulamentar, na sequência, com a devida cautela. No entanto, a Defensoria fica criada, e os seus efeitos em cima daqueles que preencherem o requisito constitucional também fica criado, e vou além, para que depois não seja acusado indevidamente, essa Casa tem conhecimento que nós estamos votando uma Lei Complementar. Se efetivamente esta Casa quiser criar a Defensoria, haverá de votar a favor, caso contrário, nós poderemos não ter quórum para aprovar o substitutivo e não teremos quórum da mesma forma para aprovar a Mensagem, de forma que, aí sim, a Defensoria não existirá nem com o substitutivo, nem com a Mensagem original.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o substitutivo geral. Os Senhores Deputados que aprovam o substitutivo geral, conservem-se como estão. Aprovado.

Com os votos contrários dos Deputados Pedro Tonelli e Nereu Carlos Massignan registrados.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 004/91, de autoria dos Deputados RENATO ADUR E NAMIR PIACENTINI, que cria o município de MATO RICO e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

A Mesa solicita que as pessoas estranhas ao Plenário, que aguardem nas laterais.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n° 004/91, queiram levantar-se. 22 Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

02 Deputados rejeitam. Não há quórum para votação.

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Senhor Presidente.

Levando em consideração que, a unanimidade dos Parlamentares aprovam o projeto, nós retiramos a chamada nominal e solicitamos que Vossa Excelência assim considere.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

(O Senhor 1° Secretário, Werner Wanderer, procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - 26 (vinte e seis) Senhores Deputados responderam à chamada. Não há quórum para votação, apenas para continuação da sessão. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 123/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que regulamenta o uso dos veículos de propriedade da Assembléia Legislativa e dá outras providências. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 133, de 06.11.90).

Sobre a mesa, requerimento de n° 3071, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3069, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3072, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 3068, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a discussão.

Requerimento de n° 3075, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 04/91

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 123/90

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 625/90

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 553/90 e 611/90

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 08/91.

Levanta-se a sessão.